
A Crise Econômica Mundial e seus Impactos na Economia Brasileira

Wallace da Silva de Almeida¹
Denílson da Silva Araújo²

Resumo

Este artigo busca analisar a partir de uma abordagem dialética os efeitos iniciais gerados a partir da crise financeira que eclodiu nos Estados Unidos da América no ano de 2008 e que afetaram, direta ou indiretamente, grande parte dos países do mundo provocando, desde então, modificações importantes no plano político-econômico internacional. Buscar-se-á realizar uma brevemente análise a cerca das ações tomadas pelo governo brasileiro a fim de minimizar os efeitos potencialmente negativos que a crise financeira poderia - não fosse uma efetiva atuação do Estado - ter gerado aos setores produtivos nacionais, deprimindo o nível de produção, emprego e renda do país. Diante de tal ambiente de incertezas criado a partir da conjuntura econômica mundial no período abriu-se espaço para que outros atores assumam papéis mais relevantes do plano político e econômico internacional. O BRICS é o mais notável exemplo disso. Os países membros do agrupamento passaram a assumir um espaço importante no processo de tomada de decisão em âmbito internacional. Apesar disto o grupo permanece mantendo relações assimétricas entre seus componentes, tanto no âmbito comercial como no âmbito dos investimentos, com grande predomínio chinês sobre os demais.

Palavras-Chave: Crise Econômica Mundial; Economia Brasileira; BRICS.

¹Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: wallacealmeida88@hotmail.com.

² Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: denilson@ufrnet.br

INTRODUÇÃO

No ano de 2008 iniciou-se um processo que ficou internacionalmente conhecido como “crise dos *subprimes*”. Este processo foi desencadeado a partir da falência do banco de investimentos *Lehman Brothers* e se *alastrou pelo mundo*, dado o grau de globalização atingido pelas economias dos países.

O governo brasileiro implementou algumas ações a fim de proteger, na medida do possível, a economia da crise financeira gerada pelos países desenvolvidos. A atuação estatal, como veremos a seguir, foi fundamental para manter a estabilidade da economia nacional diante de um ambiente internacional extremamente desfavorável.

A atual conjuntura econômica mundial abriu espaço para que novos atores surgissem com grande força no plano político e econômico internacional, dentre eles o mais importante é o BRICS que vem se tornando peça fundamental nas discussões feitas dentro do G-20 a fim de encontrar uma solução para os desequilíbrios gerados pela crise financeira.

A CRISE, SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA E O BRICS

A crise financeira internacional que eclodiu em 2008 é um desencadeamento da crise gerada com a falência do banco de investimentos americano *Lehman Brothers*. Como o sistema bancário é extremamente interdependente, a quebra de uma das mais importantes instituições financeiras estadunidenses, pelo volume de recursos que administrava, fez com que outras instituições também quebrassem. Este processo ficou internacionalmente conhecido como “crise dos *subprimes*”.

Poucos dias depois do ocorrido com o *Lehman Brothers* foi a vez da maior empresa seguradora dos Estados Unidos da América, a *American International Group* (AIG), também declarar sua falência técnica. Alarmado com o efeito sistêmico que a quebra dessas instituições importantes poderia desencadear – se deixadas às “soluções de mercado” – o governo americano injetou 85 bilhões de dólares (dinheiro público) para salvar as operações da AIG. Ainda assim, dado o nível avançado atingido pelo processo de globalização financeira internacional, em poucas semanas a crise americana chegava a Europa afetando suas principais instituições financeiras que divulgaram perdas grandiosas em seus balanços agravando ainda mais o clima de incertezas que se generalizou.

Diante desta situação de extrema instabilidade, os agentes econômicos tendem a assumir uma posição conservadora (aversão ao risco) diminuindo o grau de investimento da economia. Assim, observou-se que, em sua maioria, os Estados Nacionais mais afetados pela crise optaram por concentrar suas ações na recuperação de instituições financeiras e empresas, que estavam em dificuldades, deixando, temporariamente de lado, a teoria do livre mercado e tentando, desta forma, garantir a sobrevivência e a manutenção do capitalismo financeiro. Paul Krugman (KRUGMAN, 2011 *apud* DIEESE, 2011) fez o seguinte comentário sobre a crise:

“A grande bolha imobiliária da década passada, que foi um fenômeno tanto estadunidense quanto europeu, esteve acompanhada por um enorme aumento da dívida familiar. Quando a bolha estourou, a construção de residências

desabou, assim como o gasto dos consumidores na medida em que as famílias sobrecarregadas de dívidas faziam cortes. Ainda assim, tudo poderia ter ido bem se outros importantes atores econômicos tivessem aumentado seu gasto e preenchido o buraco deixado pela crise imobiliária e pelo retrocesso no consumo. Mas ninguém fez isso. As empresas que dispõem de capital não viram motivos para investi-lo em um momento no qual a demanda dos consumidores estava em queda. Os governos tampouco fizeram muito para ajudar”.

Embora houvesse o reconhecimento que os mercados tinham uma natureza instável, volátil e, portanto, se fazia necessário que os Estados nacionais tivessem uma maior participação na sua regulação, a coalizão de forças existentes num mundo em que as finanças se tornaram hegemônicas, abrangendo inclusive a esfera produtiva, restringiu a atuação do Estado. Assim, a intervenção estatal foi utilizada para garantir a solvência do sistema financeiro por meio de grandes aportes de recursos públicos e da ampliação do crédito.

Desta forma, resta indagar o porquê de tanta insistência neste modelo ortodoxo de desenvolvimento e crescimento econômico, já que esta concepção tem demonstrado, ao passar dos anos, estar equivocada provocando desequilíbrios que somente são corrigidos eficientemente através da intervenção estatal nos mercados e a um custo social internacional muito alto. Isto nos leva a acreditar que a adoção desta teoria não é prejudicial para todos, ou seja, beneficia uma minoria, notadamente a financeira, pois os prejuízos causados com a especulação desenfreada no mercado de haveres financeiros são repassados, em grande parte, a toda sociedade quando o Estado intervém socorrendo o sistema financeiro e restabelecendo a estabilidade econômica através da transferência de recursos públicos para o setor privado, a fim de evitar que os distúrbios causados na esfera da especulação afetem negativamente o lado real da economia, ou seja, o nível de produção, emprego e renda. Todo esse mecanismo de correção das crises financeiras tem funcionado com o expressivo repasse de rendas públicas aos *rentiers* de plantão.

Alguns movimentos sociais contra a atuação do mercado financeiro mundial começaram a surgir com grande força. Nos Estados Unidos o movimento “*Occupy Wallstreet*” vem fazendo manifestações contra o mercado financeiro americano e sua corrupção, na Europa dezenas de milhares de protestantes saíram às ruas na jornada “unidos por uma mudança global” na luta contra a ditadura do mercado financeiro. Os maiores atos ocorreram em Bruxelas, Madri, Barcelona, Roma e Londres. Na França a literatura mais crítica – capitaneada por François Chesnais e Pierre Salamar – insiste na urgência das autoridades obstarem a livre fluência do capital financeiro.

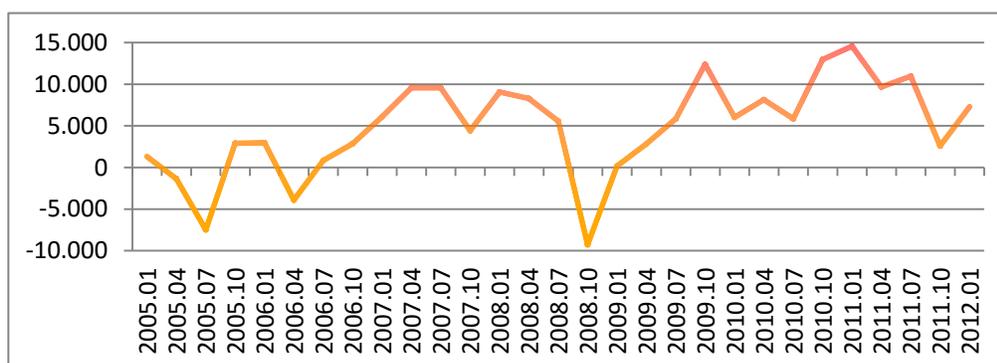
Em um momento onde os sistemas sociais da Europa estavam afundando sob o peso dos cortes orçamentários, elevou-se ainda mais o nível de insatisfação de seus cidadãos, principalmente dos gregos, dos espanhóis e de muitos países da Europa oriental. É lamentável não termos dado ouvidos a Keynes (1992), que em sua famosa “Teoria Geral” já havia nos avisados da tragédia implícita no movimento do capital financeiro ao declarar a urgente tarefa de contra ao mesmo cometermos a eutanásia.

O impacto dessa crise econômica mundial teve duas portas de entrada na economia brasileira a partir do ano de 2008. A primeira foi através da conta de capital do balanço de pagamentos que até então era pouco regulamentada, assim como em

quase todos os países. Esta concedia uma grande liberdade aos fluxos de capitais para a compra e venda de ações, títulos da dívida pública e outros papéis.

Nesta porta, os impactos foram imediatos e intensos provocando queda nos índices da bolsa de valores, subida do risco Brasil e desvalorização do câmbio em razão da venda de papéis brasileiros (ações, títulos públicos e outros papéis de empresas) pelos fundos de investimentos, a fim de compensar as perdas nos mercados europeus e americano, bem como em busca de um menor grau de insegurança que os títulos da dívida pública americana supostamente proporcionavam. A redução da liquidez nos mercados financeiros internacionais fez com que o custo do refinanciamento externo das empresas brasileiras crescesse com a diminuição da oferta de crédito na economia (para exportadores, agricultura, bancos menores e consumo de bens duráveis).

Gráfico 1: Conta de Capitais e Financeira US\$ (milhões)



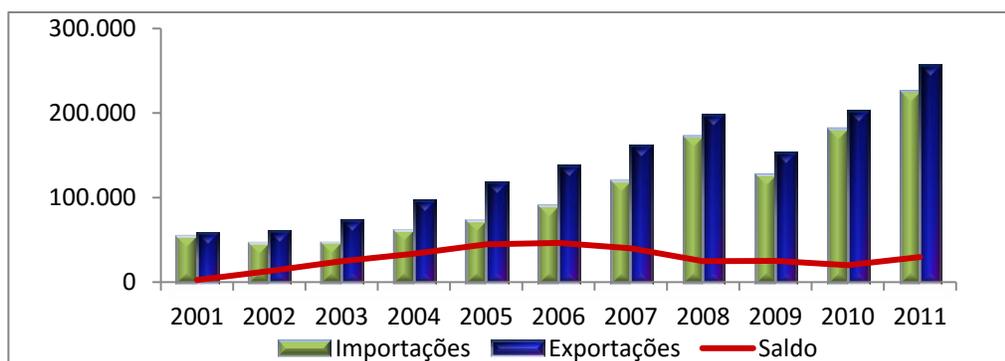
Fonte: Elaboração Própria a partir de dados coletados do BCB Boletim/BP (25/02/2012).

O que pode ser observado durante o período foi que a motivação da fuga de capitais não dependia dos “fundamentos da economia” como, por exemplo, o controle da inflação e trajetória da dívida pública, entre outros. A razão maior para que tal fuga ocorresse foi a crescente aversão ao risco que levou os agentes, notadamente os financeiros, a buscarem maior segurança através da aquisição de títulos do governo americano, como havia acontecido nas crises econômicas anteriores. Essa nova realidade tem contribuído para uma desmoralização do discurso liberal em todo o mundo.

O governo brasileiro, diante do agravamento da crise, foi obrigado a mudar o discurso da “blindagem” da economia brasileira em relação aos Estados Unidos, levando o Banco Central do Brasil a adotar medidas como: leilões para venda de dólares com cláusula de recompra, vendas de dólares das reservas e vendas de dólares no mercado futuro; e reduções sucessivas dos depósitos compulsórios. Por outro lado, a elevação da taxa de juros objetivava impedir a fuga de capitais, isto geralmente é o que ocorre nos momentos de crise, mas as restrições externas que eram expressas na redução do saldo da balança comercial e no crescimento do *déficit* da conta de transações correntes tendiam a reduzir o ritmo de atividade econômica. Este ponto de nossa argumentação necessita de maior atenção dado que encontra-se aqui o outro caminho de entrada da crise na economia brasileira.

Essa segunda porta de entrada da crise se deu através do comércio internacional, em razão da recessão que já vinha tomando conta dos Estados Unidos da América, Europa e Japão. O saldo do balanço de pagamentos já vinha se deteriorando mesmo antes da crise, em razão da valorização do real em relação ao dólar, que provocava aumento das importações e uma redução da competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional, e do crescimento das remessas de lucros e dividendos das multinacionais. Isto se fez sentir através da queda da demanda e dos preços internacionais das *commodities*, que constituíam e ainda continuam a ser parte majoritária das exportações do país.

Gráfico 2: Balança Comercial - (US\$ milhões, FOB)



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados coletados do BCB Boletim/BP (25/02/2012).

Deve ser ressaltado que especificamente em relação ao Brasil os impactos da crise foram atenuados pela: diversificação dos destinos das exportações brasileiras, ocorrida mais intensamente durante o governo do presidente Lula, em virtude do crescimento dos países da periferia do capitalismo; pela “rápida” intervenção do governo na adoção de um processo de desoneração de custos/preços de alguns produtos indústrias e da construção civil que, juntas, cooperaram para elevar a demanda (e portanto a produção) dos setores de segmentos médios; e os programas de assistência do governo federal de combate a pobreza dos agentes menos abastados que foram responsáveis pelo aquecimento de diferentes setores industriais no momento da crise. Observe-se que esta intervenção ocorreu devido a vulnerabilidade externa da economia brasileira que se manifestou tanto pelo lado financeiro quanto pelo lado comercial, evidenciando a necessidade do posicionamento mais atuante do Estado a fim de corrigir os desequilíbrios econômicos e financeiros da economia brasileira.

Diante de tal situação, entre 2008 e 2009 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi lançado pelo governo federal no início de 2007, teve seus objetivos iniciais desvirtuados quando houve a necessidade de utilizá-lo como instrumento para atenuar os efeitos da crise internacional internamente. Estes objetivos estavam diretamente ligados ao investimento em infra-estrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. O programa mostrou-se muito útil para atender as necessidades imediatas da economia brasileira no período.

No ano de 2011 teve início a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que vai até 2014. Nesta segunda etapa do Programa ocorreu um considerável incremento (um acréscimo nominal de 45%) no valor dos investimentos que somados chegarão a R\$ 955 bilhões. Esta etapa que compreende o período de 2011 a 2014 dá continuidade as ações implementadas no primeiro ciclo e executa novos projetos em uma série de segmentos, tais como transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação. Foram seis as áreas de investimentos do PAC 2: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para todos; Transportes; e Energia (Comitê Gestor do PAC 2011).

Logo após ter sido eleita e diplomada a presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano Brasil Maior, idealizado para o período que vai de 2011 a 2014. Este programa, de certa forma, dá continuidade aos programas implementados durante o governo do presidente Lula, mas com uma nova perspectiva. Este Plano, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), visa combater a vulnerabilidade externa da economia brasileira pelo lado comercial, através da implementação de uma nova política industrial incentivando à inovação tecnológica e à agregação de valor. Isto será feito através do financiamento à inovação, desonerações tributárias e aplicação de recursos em setores de alta e média-alta tecnologia. O seu objetivo estratégico implícito é promover um considerável salto na produtividade do trabalho da indústria e da rede de serviços para a produção.

O processo de recuperação da economia mundial necessariamente deverá passar por uma retomada dos investimentos produtivos, que tende a ser feito pelas indústrias quando os Estados nacionais adotarem políticas econômicas que incentivem seus respectivos setores industriais. Obviamente, isto pode levar a uma onda de protecionismo. Atualmente isso pode ser observado na guerra cambial que se generalizou pelo mundo.

Portanto, a política industrial implantada através do Plano Brasil Maior teve como principal objetivo fortalecer a estrutura produtiva brasileira através do aumento de sua competitividade, protegendo seu mercado nacional, a fim de evitar ao máximo que a renda gerada na economia brasileira seja transferida para outros países.

A retração gerada pela crise financeira na economia americana e europeia, além das incertezas relacionadas a evolução do comércio e finanças internacionais abriu espaço para que outros atores pudessem assumir um papel mais relevante no plano político-econômico mundial. O principal entre eles foi o BRICS, grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Com aproximadamente a metade da população mundial, 20% da superfície terrestre do planeta e abundância de recursos naturais, o BRICS possui hoje um PIB equivalente a 15% de toda riqueza mundial. No período entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países, até então integrantes do grupo, representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS chegou a ultrapassar o dos Estados Unidos da América e o da União Europeia.

À medida que a interação entre os integrantes do BRICS for ampliada, o grau de institucionalização tende a ficar melhor definido. A institucionalização do BRICS foi consideravelmente aprofundada com a elevação da interação política entre os países

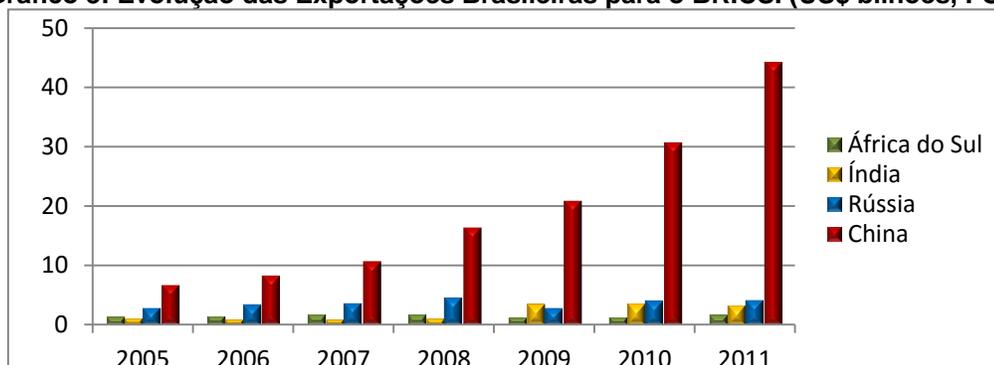
que o compõem, alcançando o nível de Chefes de Estado/Governo na Cúpula de Ecatemburgo que aconteceu no ano de 2009. Em 2010, em Brasília, a II Cúpula encarregou-se de dar continuidade a esse processo. A III Cúpula aconteceu, em 2011, na China, e demonstrou que existe uma vontade política de manter a interlocução entre os países no nível decisório mais alto.

Diversas frentes de atuação foram sendo lançadas no interior do grupo, dentre elas a mais avançada é a econômico-financeira, mas outros temas tais como: segurança alimentar, agricultura e energia também já foram contemplados em nível ministerial no âmbito do agrupamento.

Embora o BRICS tenham ampliado consideravelmente sua parcela de participação no fluxo de capitais que circulavam pelo mundo no período aqui analisado, o grupo permaneceu mantendo relações assimétricas entre seus componentes, tanto no âmbito comercial como no âmbito dos investimentos, com grande predomínio chinês sobre os demais, característica que ainda hoje se mantém. Desta forma, o caráter multilateral do agrupamento pode ser debilitado pela força chinesa nas relações citadas acima.

A China, detentora da economia de maior porte (dentro do BRICS), tem influenciado fortemente a maneira pela qual o Brasil vem interagindo com o grupo. Apesar de ter obtido *superávits* comerciais sistemáticos com os países membros do BRICS, o Brasil em geral tem exportado bens primários e intermediários para o grupo e importado manufaturados com alto teor de inserção tecnológica. Isto tende, no médio e longo prazo, a dificultar, ou até bloquear, o anseio brasileiro por integrar-se ao mundo industrializado desenvolvido.

Gráfico 3: Evolução das Exportações Brasileiras para o BRICS. (US\$ bilhões, FOB)



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados coletados do MDIC/SECEX (25/09/2014).

Na famosa teoria da deterioração dos termos de troca idealizada por Raul Prebisch, o ritmo de incorporação do progresso técnico e a elevação da produtividade seria consideravelmente superior nas economias industriais (centro) se comparadas às economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria a um processo de diferenciação da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços das exportações dos bens primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável em relação aos preços dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados.

Desta forma, existiria uma tendência à deterioração dos termos de troca, obviamente isto impactaria negativamente os países subdesenvolvidos através da transferência dos ganhos de produtividade auferidos no setor primário-exportador para os países industrializados.

Assim, seria necessário uma produção cada vez maior de bens primários e um mercado também crescente para que tais produtos “deteriorados” pudessem pagar pela importação das manufaturas, industrializadas e beneficiadas pelas economias desenvolvidas. É nesse sentido que o estudo de Prebsch, reforça a necessidade do progresso técnico, modernização e maior incremento dos produtos a serem exportados pelas economias em estágio de desenvolvimento tardio, adicionando aos mesmos um maior valor agregado, de modo a permitir maior captação da renda no mercado. Os adeptos da teoria neoschumpeteriana compactuam com esta ideia ao defenderem que a inovação é base do desenvolvimento capitalista.

O Ipea alerta para a necessidade do Brasil buscar alternativas que possibilitem a expansão das exportações de bens industrializados – com maior valor agregado – para o grupo de países com os quais mantém relações comerciais, principalmente os que compõem o BRICS. É extremamente arriscado depender preponderantemente das exportações de *commodities*, já que seus preços tendem a refletir as variações do cenário econômico internacional. Cabe ressaltar que tanto os programas desenvolvidos no governo do presidente Lula, quanto os implementados no atual governo da presidenta Dilma Rousseff possuem o objetivo implícito de fortalecer a estrutura produtiva nacional, diminuindo o seu grau de vulnerabilidade externa pelo lado comercial.

André Calixtre – analista do Ipea – afirmou que uma das formas de melhorar e equalizar o poder de barganha do país com a China é através de um maior aprofundamento das relações com os outros países integrantes do grupo. O analista ressalta que o Estado brasileiro deveria buscar um maior grau de interação, aproveitando o espaço privilegiado do grupo, a fim de incrementar suas relações com seus membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos perversos efeitos causados pela crise econômica que eclodiu em 2008 foram mantidos, quase sem nenhuma modificação, os mecanismos da especulação financeira, fortalecendo novamente a classe dos agentes financeiros através da implementação de políticas de salvamento e de expansão da base monetária pelos governos.

Como a economia mundial é globalizada, os desequilíbrios gerados em um determinado país podem facilmente se alastrar afetando a economia de outros. Por esta razão o governo brasileiro foi forçado a agir durante o período, a fim de minimizar os efeitos negativos da crise internacional internamente. Ainda assim, a economia brasileira demonstrou ser vulnerável, tanto pelo lado financeiro quanto pelo lado comercial.

Diante de tal ambiente de incertezas criado a partir da conjuntura econômica mundial o grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) passou a ganhar mais espaço no plano político e econômico internacional. Porém, o caráter *multilateral do grupo* pode ser debilitado se ações não forem tomadas com o objetivo de diminuir a influência do predomínio da economia chinesa nas relações entre seus países membros.

REFERÊNCIAS

AMORIM, CELSO. Os BRICs e a Reorganização do Mundo. Artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* - Brasília-DF, 08 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br> (Acesso em: 22 de Fevereiro de 2012).

BAPTISTA, Margarida A. C. A abordagem neo-schumpeteriana: desdobramentos normativos e implicações para a política industrial. Campinas, SP: IE. UNICAMP, 1997 (Tese de doutoramento). Disponível: *Política Industrial: uma interpretação heterodoxa*. São Paulo, Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

BRASIL. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A crise econômica mundial e as turbulências recentes. *Nota Técnica* Nº 104. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica> (Acesso em: 02 de Março de 2012).

BRASIL. *Execução Orçamentária PAC*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac> (Acesso em: 21 de Fevereiro de 2012).

BRASIL. *Plano Brasil Maior*. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br> (Acesso em: 21 de Fevereiro de 2012).

CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política. Brasília, DF. Baumann, Renato (Org). Disponível em: <http://www.biblioteca.itamaraty.gov.br> (Acesso em: 27 de Fevereiro de 2012).

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KALECKI, M (1968). “A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas”. In: MIGLIOLI, J (Org). Kalecki. São Paulo: Ática, 1980. (*Coleção Grandes Cientistas Sociais*, 16).

KEYNES, John Maynard (1992). *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (General theory of employment, interest and money). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Seus Principais Problemas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 1949.